

UNICEF e Instituto Promundo

CADERNO 2

P!A PRIMEIRA
INFÂNCIA
ANTIRACISTA

Primeiras infâncias negras e a Educação Infantil

PIA

Primeira
Infância
Antirracista

Caderno 2: Primeiras infâncias negras e a Educação

Realização



Parceria Institucional



Parceria Estratégica



Apoio



Ficha técnica

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Representante do UNICEF no Brasil

Youssef Abdel-Jelil

Representante Adjunta para programas

Paola Babos

Oficial de Primeira Infância

Maíra Souza

Consultora de Educação Infantil

Carol Velho

Instituto Promundo

Diretor Executivo

Miguel Fontes

Diretor Adjunto

Luciano Ramos

Consultora Internacional de Programas

Luiza Tanuri

Consultor de Pesquisa e Monitoramento

Rodrigo Laro

Comunicação

Bruna Martins

Oficina de cocriação

Este material foi elaborado a partir de escutas com especialistas sobre primeira infância em oficina de cocriação realizada em outubro de 2022. Participaram da oficina da área de educação:

Adriana Arcebispo, Andreia Lisboa, Anelise Timm, Carol Velho, Élvia Cristina S. Santos, Everton Rangel, Josimar Silveira, Hannah de Vasconcellos, Luciano Ramos, Luiza Tanuri, Maíra Souza, Maria Nazaré Mota de Lima, Thayane Fernandes

Editorial

Coordenação editorial

Luciano Ramos e Maira Souza

Produção de conteúdo

Andreia Simplicio, Ayodele Floriano, Luciano Ramos, Maira Souza e Priscila Pereira

Revisão de conteúdo

Carolina Velho, Luciano Ramos e Maira Souza

Revisão de texto e copidesque

Sabrina Tavares

Planejamento editorial

Breno Loeser e Gabriel Paiva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Gabriel Paiva

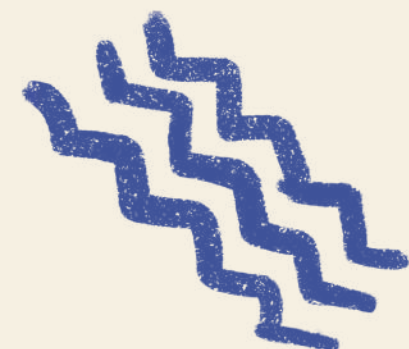
Ilustrações e capa

Breno Loeser



Índice

Para abrir o bate-papo	05
O que é o Projeto PIA - Primeira Infância Antirracista?	05
Como esse material foi elaborado?	07
De onde partimos para esta conversa?	08
Identidades	08
Branquitude	10
Racismo estrutural, sistêmico e institucional	12
Vieses Inconscientes do racismo	14
Sobre as Primeiras Infâncias Negras e a Educação no Brasil	17
Privilégios no cotidiano da Unidade de Educação Infantil	17
Representatividade nos espaços e materiais de Educação Infantil	21
Bebês negros, meninas negras e meninos negros nas escolas das infâncias	23
E as crianças brancas? Que lugar elas ocupam na prevenção às situações de racismo?	27
O antirracismo na prática	30



Para abrir o bate-papo...

O que entendemos como Primeira Infância?

A primeira infância, período que vai da concepção até os 6 anos de idade, é considerada uma janela de oportunidades crucial para a saúde, aprendizado, desenvolvimento e bem-estar social e emocional das crianças. Diversos estudos científicos têm demonstrado que as primeiras experiências vividas na infância, bem como intervenções e serviços de qualidade ofertados neste período, estabelecem a base do desenvolvimento. Ou seja, o que acontece nos primeiros anos de vida é fundamental para o desenvolvimento integral de meninas e meninos, de modo que é preciso que haja investimentos nesta fase para que estes impactos sejam positivos para toda a sociedade. O pleno desenvolvimento da criança só pode ser alcançado com a oferta do cuidado integral, ou seja, com intervenções integradas que ofereçam cuidado responsivo, segurança, proteção contra violências e oportunidades de aprendizado. Para isso, os pais ou cuidadores devem exercer a parentalidade positiva, e os profissionais das redes de saúde, educação e assistência social também devem garantir um atendimento qualificado que leve em consideração as especificidades étnico-raciais das crianças e suas famílias, apoiando-as nesta estruturação das bases do desenvolvimento pleno.

É ainda na primeira infância que as crianças negras e indígenas vivenciam, pela primeira vez, alguma experiência de racismo — uma forma cruel de violência que tem impactos significativos a curto, médio e longo prazo. De acordo com o *Center on the Developing Child*¹, o racismo é considerado uma “experiência adversa na infância”, ou seja, trata-se de uma violação de direitos promotora de estresse tóxico, medos e traumas. Isto porque uma vez que o racismo estigmatiza e hierarquiza as diferenças entre as crianças, impacta diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, como a construção da autoestima, a capacidade de sociabilização, a percepção de si e a saúde física e mental. Diversos pesquisadores² já comprovaram que, ainda que invisibilizada e silenciosa, a discriminação racial está presente no cotidiano das crianças brasileiras, seja por meio das diferenças de tratamento, práticas, vieses e comportamentos discriminatórios nos serviços oferecidos por profissionais durante o atendimento às crianças e suas famílias, além das possíveis interações com outras crianças e adultos que podem deixar marcas para toda vida.



1) “How Racism Can Affect Child Development”, CDC (2019)

2) Síntese de estudos qualitativos disponíveis em: “Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância” [livro eletrônico], Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2021).



IMPACTOS DO RACISMO

Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?



3) Disponível em https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf

Fonte: Inspirado no quadro “Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?”, presente no Caderno “Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância”, do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI)³

O que é o Projeto PIA – Primeira Infância Antirracista?

Para garantir o pleno desenvolvimento de crianças em suas potencialidades, o racismo estrutural e institucional precisa ser enfrentado por toda a sociedade em um pacto coletivo: saúde, educação, assistência social, famílias e a sociedade como um todo, reconhecendo o problema e implementando práticas antirracistas.

Antirracismo é o conjunto de ações que tem como objetivo enfrentar o racismo vigente presente em todas as estruturas de nossa sociedade. Essa luta não diz respeito, exclusivamente, ao povo negro, mas interessa, cada vez mais, à sociedade como um todo.

Neste sentido, o Projeto PIA – Primeira Infância Antirracista, iniciativa do UNICEF Brasil em parceria com o Instituto Promundo, tem o objetivo de apoiar a construção de materiais informativos que atuem no sentido de propor a implementação destas práticas nos diferentes serviços de atendimento às gestantes, crianças negras e indígenas entre 0 e 6 anos, além de suas famílias.

O objetivo é chamar a atenção de profissionais brasileiros da educação, assistência social e saúde sobre os impactos do racismo no desenvolvimento infantil, além

de garantir, de fato, um atendimento qualificado e humanizado, que leve em consideração as especificidades étnico-raciais das crianças e suas famílias, apoiando pais ou cuidadores a exercer uma parentalidade positiva e estruturante das bases do desenvolvimento infantil.

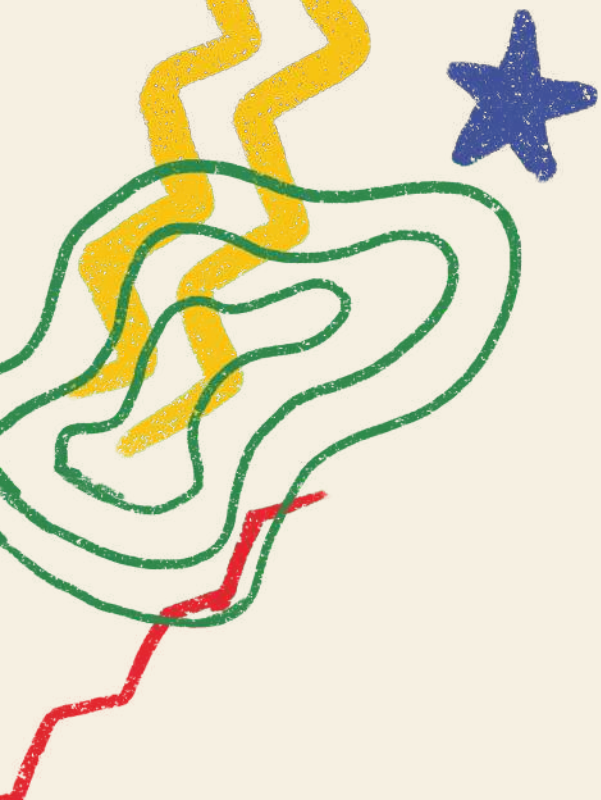
Como esse material foi elaborado?

Para pensar a criação destes materiais, foram convidados especialistas das áreas setoriais e representantes de organizações que atuam na pauta da primeira infância e na garantia dos direitos das populações negras e indígenas.

Em oficinas de cocriação realizadas em outubro de 2022, estes especialistas foram divididos em blocos temáticos para sugerir conteúdos, com espaço dedicado à escuta das múltiplas visões. Desta maneira, os encontros trouxeram reflexões importantes sobre abordagens e prioridades dentro dos temas propostos.

Cocriação é um processo de criação que envolve pessoas de fora da instituição ou empresa na idealização e desenvolvimento de um projeto, com o objetivo de trazer olhares diferenciados para o conteúdo.





De onde partimos para esta conversa?

Para pensar práticas antirracistas é preciso entender, primeiramente, que este é um fenômeno estrutural presente em nossa sociedade, e silenciá-lo nos torna parte do problema. A mudança começa no reconhecimento de sua existência, na tomada de posicionamentos e na adoção de práticas cotidianas.⁴ O antirracismo é uma luta de todos nós, independentemente da cor da pele ou etnia.

Neste sentido, começamos esta caminhada refletindo sobre alguns conceitos básicos que nos ajudarão a adensar as contribuições desse caderno.

Identities

Quando você ouve ou lê a palavra identidade o que te vem à cabeça? Quais são as referências que você tem?

Podemos definir a identidade como um arcabouço que agrega raça, gênero, classe, territorialidade e etnia, contribuindo para a forma que o indivíduo se apresenta socialmente. Ou seja, através dos traços citados acima nos tornamos sujeitos históricos e organizamos a forma com que nos relacionamos socialmente. Quando tratamos de raça, falamos sobre construções baseadas em parâmetros ideoló-

gicos, históricos e de hierarquização social. Por este motivo, estes marcadores identitários atravessam os corpos e as vivências dos sujeitos ao longo da vida e serão percebidos de distintas formas, mas, sobretudo, são importantes para pensarmos abordagens antirracistas e atendimentos mais humanizados.

Historicamente, quando olhamos os registros da humanidade, a categoria de raça foi posta desde sempre como tentativa de definir a origem das civilizações humanas, buscando afirmações científicas as atribuições de valor que trazem marcas de superioridade e de inferioridade, onde à pessoa negra, até aqui, couberam as marcas de inferioridade. Neste sentido, os espaços formais de educação foram utilizados como bases importantes para a manutenção destas crenças, fundamentadas na **hierarquização**, que define, por exemplo, os padrões de beleza a partir da racialização: historicamente, torna tudo o que pertence ao povo negro como algo feio, inferior — como a cor da pele, o cabelo, os traços físicos, a cultura, entre outros elementos. A forma com que a história da chegada dos povos africanos ao Brasil foi e ainda é contada nas escolas — com insinuações a uma certa aceitação ou pouca resistência ao sistema escravocrata — é um exemplo destas marcas de inferioridade

4) “Racismo estrutural”, de Silvio de Almeida. Disponível em https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf

Hierarquização é a organização através de categorias, atribuindo diferente relevância e valor às pessoas ou objetos envolvidos. Ela envolve sempre uma categorização que vai de baixo para cima, em que as posições que se encontram mais abaixo da escala são consideradas menos importantes ou valorizadas.

O antropólogo congolês Kabengele Munanga aponta que “é através da educação que a herança de um povo é legada às gerações futuras e inscritas na história”.⁵ Se a identidade se constitui por aspectos sociais organizados na história e alimentados na memória, a construção de memória positiva soa como elemento urgente para que se estabeleçam novas relações identitárias, que correspondam aos valores culturais, sociais e intelectuais que foram negados e desconstruídos ao longo da história e, assim, contar com outras narrativas que protagonizam a história dos que, até então, foram inferiorizados.

O ideal de identidade, ao longo de séculos, é branco e europeu, submetendo, a partir do processo colonizador, tudo o que não se assemelhe a ele. Quando fazemos o recorte geográfico para o território brasileiro, a “Carta do descobrimento” de Pero Vaz de Caminha, primeiro registro da chegada ao Brasil, já aponta os que aqui viviam de forma “exótica”:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”⁶

Apesar de se tratar de uma terra já existente e habitada, e que já era povoada por diferentes etnias indígenas com seus costumes, crenças, culturas e práticas, as referências europeias eram para Caminha a medida de todas as coisas.

Na publicação “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”⁷, Cida Bento aponta que as crianças, desde muito pequenas, estão atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, reconhecendo as características físicas visíveis que são bem aceitas ou não. De forma que as crianças brancas, desde muito cedo, estão confortáveis em suas peles, ou seja, elas não apresentam o desejo de ter outro cabelo, outro nariz, outra cor, e declaram-se com muita frequência como *bonitas*, enquanto as crianças negras são colocadas no lugar de crianças *feias*.

Já as crianças negras estão constantemente desconfortáveis em suas condições raciais, porém raramente combatem ou reagem a colocação de que pessoas pretas são feias. Essas relações acontecem e se reproduzem muitas vezes nas brincadeiras, na

5) “Negritude: Usos e sentidos”, de Kabengele Munanga. Disponível em <https://doceru.com/doc/n1c580n>

6) “Carta do descobrimento”, de Pero Vaz de Caminha. Disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

7) “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”, de Maria Aparecida Silva Bento. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf





leitura de histórias infantis pautadas na herança literária e reforço dos padrões europeus de beleza, bem como na reprodução dessas dinâmicas nos brinquedos, nos personagens infantis, e nas brincadeiras de “faz de conta”.

Essas interpretações também vão se aplicando em outros campos, como, por exemplo, no afeto recebido, no acolhimento ou nas formas que as demandas trazidas pelas crianças são tratadas pelos adultos que lidam com elas cotidianamente. Este fator influencia na construção da identidade das crianças negras criando a ideia de hierarquia, onde estas ocupam e sempre ocuparão a base da pirâmide.

Branquitude

A população negra, indígena e outros grupos étnicos não brancos sempre foram “objetos de estudos” dos brancos. Estudar o outro ocupa certa “zona de conforto”, um lugar de superioridade, quando não feito a partir do exercício de alteridade, ética e cuidado. Você já ouviu falar sobre o termo branquitude? Sabe o que ele significa?

Historicamente, ser branco é ser universal: o mundo foi moldado a partir dos brancos para os brancos, sem carecer de explicação para o que é ser branco, já que tudo partia deste lugar. A história da arte, por exemplo,

condicionou os nossos olhares a visualizarem imagens brancas, o nosso cotidiano é cercado por modelos brancos. Dessa forma, normaliza-se a hierarquia, naturaliza-se o fato de brancos ocuparem lugares superiores, financeiramente, em relação aos negros e indígenas. Essa desigualdade, por exemplo, é dada como se fosse algo natural, quando, na verdade, foi construída por meio de violências e opressões, com base no racismo. Essa é a construção da superioridade branca, a partir da escravização de pessoas negras.

Quando a gente discute sobre racismo e os brancos dizem, por exemplo, que não têm “lugar de fala”, essa é uma forma confortável de manter a prática racista. Dessa maneira, os brancos têm um lugar extremamente importante. Eles podem, por exemplo, discutir com outros brancos sobre branquitude e seu legado de segregação racial. Dos doze milhões de negros sequestrados dos países do Continente Africano, dez milhões chegaram aos países onde foram escravizados e 4,8 milhões chegaram no Brasil. Assim, o país teve o maior número de negros escravizados, espalhados em todo o território brasileiro.

Vale salientar que o Brasil foi o último país escravagista a abolir a escravidão e a fez com uma lei que não previa a inclusão social de negros: a “liberdade” foi concedida, mas sem dinheiro, emprego, moradia ou

qualquer tipo de planejamento que os permitissem construir uma vida digna e de oportunidades. Tal fato vulnerabiliza e marginaliza os negros em detrimento dos privilégios fortalecidos da população branca até os dias atuais. Ao longo deste caminho, os saberes, as produções e os conhecimentos das pessoas negras foram, em muitas situações, paternalizados pelas pessoas brancas. Um exemplo é o “embranquecimento” em ilustrações de algumas figuras negras de crucial importância em diferentes campos do saber, como Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga, Nilo Peçanha e até Jesus Cristo.

Quantas vezes você ouviu uma pessoa branca dizer que não tem “culpa” de ter nascido branca e, por isso, não reconhece os privilégios a que ela tem acesso cotidianamente? Entretanto, a realidade nos mostra que estes privilégios estão presentes em diferentes espaços: na presença majoritária de pessoas brancas nas universidades públicas (mesmo com o advento das cotas raciais), na maior concentração de população de alta renda, nos maiores índices de representantes nas instâncias de poder no Brasil, etc.

Privilegio é a vantagem ou direito atribuído a uma pessoa ou a um grupo de pessoas em detrimento dos demais.

Estas condições mostram como se dá a manutenção de privilégios pela população branca, por mais que muitos tentem justificar tais conquistas como meritocracia. Entretanto, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, é impossível afirmar que todos os indivíduos têm condições de prosperar somente por seus méritos ou capacidades. As condições sociais, econômicas e psicológicas são fundantes, e reconhecer-se como uma pessoa privilegiada é um passo importante para tornar-se aliada na luta antirracista.



Fonte: <https://twitter.com/gzhdigital/status/1284072855026585601>

Falar sobre racismo é coisa de branco! Essa frase pode parecer dura, mas se foram os antepassados brancos que criaram a escravização de negros e o racismo — que se mantém ao longo da história, se modernizando de diversas formas — é papel dos



brancos atuar junto a outros brancos para entender como esse fenômeno se dá na prática e implementar práticas de enfrentamento a esta realidade.

Racismo estrutural, sistêmico e institucional

O racismo está baseado em um conjunto de práticas em que uma raça e/ou etnia, ocupando uma posição socialmente privilegiada, age sobre a outra de forma opressora e desfavorável. Esta ação utiliza a violência direta ou indireta, exaltando a sua própria raça ou etnia para diminuir as demais. É importante ressaltar que nem sempre o racismo é uma ação verbalizada, explícita, consciente ou de embate direto: por vezes ocorre inconscientemente ou de forma silenciosa, refletido em pequenas exclusões, comentários depreciativos e até gestos corporais.

► Racismo Estrutural

No dicionário, o conceito da palavra “estrutura” se refere “àquilo que dá sustentação a alguma coisa”; “armação”; “arcabouço”. Na prática, se retiramos a estrutura de algo, o que está construído sobre a estrutura desmorona. Esta referência simbólica é importante para que entendamos a força que o racismo possui na sociedade. Logo, o racismo é estrutural, uma vez em que ele atua como um fenômeno conjuntural, atuando em distintos espaços de poder, seja na esfera

pública ou na privada, que orientam e sustentam a nossa sociedade. Alguns dados nos ajudam a materializar como o racismo estrutural se apresenta no Brasil:

- Segundo o PNAD⁸ de 2019, pretos e pardos (que somados, correspondem à categoria de negros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) são a maioria da população com rendimentos econômicos mais baixos no Brasil, consequentemente em maiores situações de vulnerabilidade;
- Crianças pretas, pardas e indígenas frequentam menos a pré-escola, elas são 91,9%, enquanto as crianças brancas e amarelas são 93,5%⁹;
- 71,7% dos jovens brasileiros fora da escola são negros, e apenas 27,3% são brancos. Em 2019, 3,6% das pessoas brancas com mais de 15 anos eram analfabetas, enquanto as pessoas negras eram 8,9%;
- Mulheres negras são as maiores vítimas de violência obstétrica no Brasil, de acordo com o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 e, dos 657,8 mil presos no Brasil, 438,7 mil ou 66,7% eram negros¹⁰;
- Um estudo elaborado e publicado em 2020 pelo INSPER, denominado “Diferenciais Salariais por Raça, Gênero para Formados em Escolas Públicas ou Privadas” aponta que o homem branco, no Brasil, tem um salário médio 159% maior do que a mulher negra;

8) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, disponível em <https://static.poder360.com.br/2020/02/pnad-continua-4t2019.pdf>

9) Painel “Desigualdades na garantia do direito à pré-escola”, disponível em <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/desigualdades-direito-preescola/>

10) Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, disponível em https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf

- Segundo o Mapa da Violência de 2016¹¹, a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil.

Os dados acima nos ajudam a entender que o racismo ocupa as estruturas da sociedade, buscando naturalizar o que não é natural, mas construído socialmente. Para a escritora Cida Bento¹², a ideia de **supremacia** enraizada na branquitude perpetua uma relação de dominação de um grupo sobre outro, seja na política, na cultura, na economia, assegurando privilégios para uns e, no caso de negros e/ou indígenas, péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte.

Supremacia é uma superioridade completa e que não se pode contestar. No caso da supremacia ligada à branquitude, trata-se de uma forma de racismo centrada na ideia de que as pessoas de raça branca são superiores às pessoas de outras origens raciais e que, portanto, devem governar politicamente, economicamente e socialmente os demais.

► Racismo Sistêmico

O racismo não é apenas uma ação individual. Desta forma, ele precisa ser visto como um conjunto de ações que se alimentam e se retroalimentam, precisando, assim, ser compreendido como uma visão sistêmica. Desta forma, quando pensamos no racismo

é necessário pensar em sistemas racializados, ou seja, todo um conjunto de instituições, grupos e serviços que normalizam o racismo e colaboram para a manutenção dessa dinâmica social.

A mídia, o sistema educacional, as instituições legais são responsáveis por oferecer a ideologia necessária para a naturalização dessas práticas. É isso que dará o tom da manifestação do racismo, podendo se apresentar de maneira velada ou explícita: pela falta de representação de pessoas negras nas universidades, em cargos de lideranças ou gestão em empresas, no mercado formal de trabalho com salários mais elevados, em cargos políticos (executivo e/ou legislativo), assim como em outros cargos importantes. Como citado acima, 71,7% dos alunos que evadem das escolas no Brasil são negros, contribuindo para a ausência de pessoas negras nos espaços citados anteriormente, organizando a manutenção da pobreza, da extrema pobreza e, até mesmo, da miséria a que estas populações estão submetidas, intergeracionalmente.

► Racismo Institucional

Após aprofundar o entendimento sobre racismo estrutural e sistêmico, você pode estar se perguntando como ele se manifesta por meio de estruturas e instituições: aqui é que se encontra o racismo institucional. O racismo institucional se aplica no



11) Mapa da violência 2016, disponível em https://biblioteca.flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf

12) “O Pacto da Branquitude”, de Cida Bento. Companhia das Letras, 2022.



interior das organizações e instituições, por meio de desigualdades manifestadas conscientes ou inconscientemente e que definirão a forma como pessoas negras serão tratadas, acolhidas ou não acolhidas, atendidas ou não atendidas. Desta forma, são os comportamentos, as práticas e as normas baseados em discriminações raciais de profissionais que representam estas instituições em suas dinâmicas cotidianas de trabalho. De forma direta, quando uma criança negra não é acolhida no ambiente educacional por ser negra, ou quando um menino negro é seguido por seguranças em espaços comerciais por ser negro, por exemplo.

Vieses inconscientes do racismo

Você já parou para pensar que, em muitas situações, as atitudes e os pensamentos que temos são guiados por padrões mentais automáticos e não por julgamentos baseados na racionalidade? A forma como nos relacionamos com as outras pessoas em diferentes âmbitos e espaços podem estar intimamente ligadas aos chamados vieses inconscientes: práticas discriminatórias baseadas em gênero, raça, orientação sexual e classe; atitudes preconceituosas; e a exclusão de grupos socialmente vulnerabilizados.

Os vieses inconscientes são conjuntos de associações elaborados desde a primeira infância, através das vivências e aprendizados baseados na cultura e ambiente, que influenciam na forma em que o indivíduo percebe, interpreta e age, a partir dos estereótipos, em relação às outras pessoas. Eles se apresentam como pensamentos tendenciosos no cotidiano sobre um determinado grupo de pessoas, que acabam por nos levar a decisões ou comportamentos estigmatizantes e prejudiciais. Por mais que tentemos, muitas vezes, negá-los, ou assumir a ideia do “sem querer”, todos nós apresentamos vieses inconscientes e, para enfrentar estas práticas, é preciso reconhecer a sua existência e tentar mudar estas tendências comportamentais.

Na prática eles se organizam da seguinte forma: o nosso cérebro funciona reconhecendo padrões que, teoricamente, nos ajudam a entender as situações cotidianas e o mundo a nossa volta de fácil leitura nas situações diárias. Esta leitura cognitiva se organiza em torno de dois subsistemas diferentes que atuam de forma complementar, conforme a imagem abaixo:

Sistema 1

- Reage
- Julga
- Opina
- Simplifica



Sistema 2

- Considera
- Auxilia
- Justifica
- Analisa as opções



Fonte: Inspirado em um quadro retirado do site <https://rbtcss.medium.com/https-medium-com-rbtcss-vies-inconsciente-nas-interfaces-conversacionais-608c247b05af>.

O sistema 1 está ligado ao inconsciente e atua de maneira muito rápida. Entretanto, o funcionamento deste sistema pode ser controlado pelo sistema 2,

que racionaliza, pondera e reconsidera uma possível ação impulsiva dos vieses inconscientes presentes no nosso cérebro. Estes vieses afetam, sobretudo, a possibilidade da diversidade em todos os espaços, uma vez que eles atuam a partir da homogeneidade, na perspectiva de padronizar. Com isso, quanto maior





for o controle exercido pelo sistema 2, melhor será a qualidade de tomada de decisões do indivíduo¹³.

Os vieses inconscientes se organizam em vários tipos e alguns deles têm grande potencial para influenciar negativamente as escolhas que fazemos, especialmente na forma que lidamos com outras pessoas. São eles:

1) Viés de afinidade: a tendência de avaliar melhor aqueles que se parecem conosco.

Exemplo: pessoas brancas que contratam apenas outras pessoas brancas para vagas de emprego.

2) Viés de percepção: quando as pessoas acreditam e reforçam estereótipos sem bases concretas em fatos.

Exemplo: Pessoas que, sem nenhuma base científica, acreditam que crianças negras têm menos capacidade de aprendizado do que crianças brancas.

3) Viés confirmatório: disposição para procurar informações que confirmem nossas hipóteses iniciais e ignorar outras que coloquem em xeque nossas crenças.

Exemplo: Quando desconsideramos as crenças de religiões de matriz africana com base em dogmas cristãos da herança europeia.

4) Viés de auréola: propensão de, a partir de uma só informação positiva ou agradável, ser muito mais disposto a avaliar positivamente o restante das informações, mesmo que não o sejam.

Exemplo: pessoas que julgam ser desnecessárias as políticas afirmativas como as cotas universitárias para negros usando como argumento a ascensão de alguns poucos a estes espaços sem precisar acessar este direito.

5) Efeito de grupo: É a tendência de seguir o comportamento do grupo para não desviar do padrão vigente.

Exemplo: a prática de alisamento de cabelos crespos, uso de perucas lisas e raspagem de cabelos masculinos.

13) Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses inconscientes”, de PWC, Insper, Mulher 360 e Onu Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf

Sobre as Primeiras Infâncias Negras e a Educação no Brasil

A Educação Infantil compreende os primeiros anos da Educação Básica e atende crianças entre 0 a 6 anos de idade. O afeto, o cuidado e o acolhimento são dimensões muito importantes nesta etapa em que os processos educativos são a própria percepção de si, do outro e do mundo que os rodeia. Trata-se de um momento em que o educar se traduz em interações, em que as crianças precisam ser consideradas em suas necessidades específicas, históricos familiares, corporeidade, estética, dimensões culturais e sociais.

Apesar de inúmeras normativas que colocam crianças brasileiras em pé de igualdade de acesso à educação e cuidados básicos perante a lei brasileira, no cotidiano pedagógico as crianças negras não recebem o mesmo tratamento, atenção e cuidado dispensados às crianças brancas. Muitas vezes estas escolhas de tratamento estão pautadas em preconceitos e estereótipos racistas e precisamos nos posicionar em relação à transformação desta realidade.

Neste capítulo refletiremos sobre práticas antirracistas voltadas para a Educação Infantil, pautadas na efetivação da Lei 10.639/03 em salas de referências, com as famílias e na comunidade escolar como um todo.

A Lei 10.639/03 é uma legislação que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, tornando obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira na grade curricular da educação básica e da formação docente. Apesar de seus mais de 20 anos de publicação e de avanços significativos na luta antirracista desde então, esta lei ainda não foi implementada de forma efetiva no país.

Privilégios no cotidiano da Unidade de Educação Infantil

Você já pensou sobre privilégios? Já se questionou se é ou não uma pessoa privilegiada? E por quais motivos?

O termo “privilégio” significa ter vantagem ou direito atribuído a uma pessoa, ou a um grupo de pessoas em detrimento de outras. No caso de um país que tem a Monarquia como regime político, por exemplo, figuras como reis, rainhas, príncipes e princesas fazem parte de um grupo com privilégios assegurados pelo simples fato de fazerem parte da família real. No contexto brasileiro, onde a monarquia e seus privilégios fazem parte do passado, existem vantagens direcionadas a algum grupo de pessoas?





Na Constituição brasileira de 1989 consta como direitos fundamentais à vida, à liberdade, igualdade, segurança, educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, assistência aos desamparados, transporte, voto, entre outros¹⁴. Agora pare e pense: será que existem pessoas ou grupos que não têm esses direitos assegurados? Se a sua resposta for sim, você concorda que há entre a população brasileira uma desigualdade de acesso aos direitos fundamentais? Em um país tão desigual como o Brasil, um direito assegurado é quase um privilégio.

Na escola, entre as crianças, esta realidade não é diferente. Na Educação Infantil, os privilégios vão acontecer, principalmente, pela afinidade do educador com uma ou um grupo de crianças. Quando a afinidade é grande existe a tendência do educador ser mais tolerante, carinhoso, paciente e disponível para um grupo de crianças e para outras não. A partir do momento em que este “reino de privilegiadas e privilegiados” se constrói, o direito à atenção, acolhimento, escuta e presença passa a não ser acessado por todos e todas da mesma maneira.

É comum o educador ter afinidade com algumas crianças e outras não (e isto não é motivo de culpa), entretanto, é preciso que ele tenha consciência

destas condições de privilégio para identificar se essas relações mais próximas são estabelecidas através de vieses inconscientes de racismo, por exemplo. Você pode fazer um exercício simples para refletir sobre estas afinidades:

1. Faça uma lista de ações positivas que todas as crianças têm o direito de receber;
2. Escreva o nome de todas as crianças as quais você tem afinidade. Se pergunte por que você se sente mais próxima delas? Elas são parecidas fisicamente com você? Elas têm um jeito que te desafia?
3. Escreva o nome das crianças as quais você tem menos afinidade. Se pergunte por que você se sente menos próximo a elas?

A partir dessas anotações tente perceber se existem crianças que estão sendo privilegiadas por você, seja com mais carinho, atenção ou tolerância. O próximo passo é se aproximar das outras crianças pensando no direito que essas também têm, independentemente da afinidade que você tenha com elas. Esse é um passo muito importante para que a distribuição de afeto na escola seja um direito e não um privilégio mediado pelas afinidades.

14) Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Quando nos aprofundamos no tratamento diferenciado ofertado às crianças negras, em sala de aula no Brasil, é muito comum observar o racismo nomeado como bullying ou mesmo naturalizado como preferências pessoais. O silenciamento de práticas racistas entre crianças pequenas dificulta a consolidação da escola como local fundante para a implementação de práticas antirracistas desde a primeiríssima infância e, por consequência, como espaço de potência para a transformação social a médio e longo prazo.

É necessário perceber a estrutura das violências presentes na nossa sociedade e de que forma elas se apresentam sutilmente nos espaços educacionais. Estas violências produzidas nas relações cotidianas possuem bases históricas que, por vezes, retroalimentam as desigualdades através da naturalização de determinados comportamentos e práticas que deveriam ser lidas como constrangimento, mas que, na maioria das vezes, não são combatidas com a seriedade necessária.

O bullying é um problema que se origina dentro da instituição escolar e abrange especificamente crianças e adolescentes, pois são intimidações que ocorrem entre pares¹⁵. O bullying deve ser visto como uma violência que consiste em ferir, isolar e ridicularizar os indivíduos, e pode acontecer de forma

sútil, cotidiana ou aleatória. Seu resultado pode ser observado no adoecimento psíquico, com aparição do medo, depressão, ansiedade, terror, baixa autoestima, práticas de automutilação e até suicídio.

Segundo a Organização Mundial de Saúde¹⁶, a depressão cresceu 18% entre 2005 e 2015, e a taxa de suicídio é a terceira principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos. O bullying tem um aspecto de repetição em certa faixa etária e pode ser observado no ambiente escolar como um fenômeno social, que deve ser visto como questão de saúde e desenvolvimento humano.

Como vimos no capítulo anterior, o fenômeno do racismo é estrutural e se encontra em todas as esferas da vida social. Sua reprodução tem impacto na incidência das violências, invisibilização de demandas, adoecimento e mortalidade, ou seja, “a viabilidade de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade”.¹⁷ Em comum, podemos afirmar que o bullying e o racismo são violências produtoras de sofrimento, mas que se diferem quanto a origem e a escala de reprodução. Quando pensamos a realidade específica de crianças e adolescentes negros, que podem sofrer ambas as violências de forma simultânea, estas podem se aglutinar e se consolidar em um sofrimento psíquico ainda mais doloroso.

15) Artigo “Bullying não é sinônimo de racismo” de Ellen de Lima Souza. Disponível em <https://livredetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Proj-PETROBRAS-web-compressed.pdf>.

16) Artigo “Depressão cresce no mundo, segundo OMS; Brasil tem maior prevalência da América Latina”, disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/depressao-cresce-no-mundo-segundo-oms-brasil-tem-maior-prevalencia-da-america-latina.ghtml>

17) “Racismo estrutural”, de Silvio de Almeida. Disponível em https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf





Se por um lado o bullying é visto como um comportamento observado no ambiente escolar, o racismo extrapola este cenário e perpetua-se em todos os espaços de convivência social. É visto como um crime de ódio que escolhe especificamente um padrão de cor da pele, tipo de cabelos e traços fenotípicos. Já o bullying não tem um padrão específico de ataque e pode ser visto a partir de qualquer identidade, é uma lógica de aversão à diversidade e às subjetividades que as compõem. Algumas outras diferenças entre eles:

Bullying	Racismo
Ocorre exclusivamente nas relações interpessoais, sendo um fenômeno psicológico com desvio de comportamento.	É ideológico e estrutural, por isso, existe também o racismo institucional.
Toda criança está sujeita a sofrer e/ou praticar.	Apenas a criança negra sofre o racismo — embora possa inclusive praticar. Mas a criança negra pode ser vítima de bullying e racismo ao mesmo tempo.
Origina-se no espaço escolar e pode ou não expandir, ou seja, tem um território pré-determinado.	Não possui localização ou instituição específicas, ocorre em todos os setores da sociedade, inclusive, na escola.
Não é crime, embora seja violência escolar.	É crime previsto pela Constituição Federal de 1984.

Fonte: Artigo “Bullying não é sinônimo de racismo” de Ellen de Lima Souza. Disponível em https://livedetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Proj-PETROBRAS-web_compressed.pdf.

As Unidades de Educação Infantil são um ambiente decisivo e privilegiado para o desenvolvimento humano, capaz de gerar transformações sociais que promovam

a equidade e o respeito. Fazemos, portanto, um convite a todas as professoras¹⁸ que compreendam a necessidade de tratar estas temáticas como promoção da saúde no ambiente escolar, tendo em vista os desafios da sociedade e também no campo institucional.

18) Assumiremos o gênero feminino nesta publicação por reconhecermos que massivamente são as mulheres que estão como professoras na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Combater as violências é um dever de toda a sociedade, o bullying deve ser visto com responsabilidade através de seus impactos na saúde dos ofendidos. A recorrência diária do racismo pode promover todos os tipos de sofrimento, durante todas as fases da vida e em todos os espaços cotidianos. Seu enfrentamento deve ser visto como um papel de todos os agentes da sociedade, extrapolando as fronteiras do muro escolar, vale também ressaltar a necessidade de articulação escolar com os serviços de rede de promoção, prevenção e cuidado que estão dispostas no território, pois ampliam as possibilidades da capacidade protetiva do ambiente escolar.

Para Conversar

O Bullying e racismo são confundidos nos espaços de educação em que você atua? E na sociedade em geral? De que forma?

Como compreender a diferença entre bullying e racismo pode contribuir para uma atuação antirracista mais efetiva nos ambientes escolares?



Para continuar aprendendo

- Caderno “Discriminação Racial é sinônimo de Maus-Tratos: A importância do ECA para a proteção das crianças negras”, do CEERT. Disponível em: [Livro de Trabalho Infantil](#).
- Livro “Racismo na infância” de Márcia Campos Eurico. Editora Cortez, 2002.
- Livro “Racismo estrutural”, de Silvio de Almeida. Disponível em: [Blogs UNINASSAU](#).

Representatividade nos espaços e materiais de Educação Infantil

O espaço no seu silêncio nos conta muita coisa. Basta entrar em uma casa de algum amigo ou amiga e escutar a história que aquele espaço conta com suas fotos, quadros, móveis e objetos de decoração escolhidos e disponibilizados por alguém. Assim também é o espaço da Educação Infantil: um falante no silêncio.

O espaço na Educação Infantil cria oportunidades de aprendizagem por meio das cores, das dimensões, dos cheiros, da luminosidade e dos materiais que estão à disposição. Para a pesquisadora Lina Fornero¹⁹, o espaço inclui os locais, objetos e decoração disponíveis, e o ambiente é definido como a junção do espaço e das relações que nele se estabe-

19) Artigo “A organização dos espaços na educação infantil” de Lina Iglesias Fornero. In: ZABALZA, Miguel Antônio (Org.). Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.





lecem. Para termos representatividade nos espaços da Educação Infantil é preciso ter consciência de que toda e qualquer escolha referente a esse espaço traduz concepções que educam.

As paredes comumente recebem decorações com personagens infantis, atividades das crianças, cartazes comemorativos, calendário, chamada, entre outros. O que essas paredes andam falando sobre representatividade? Como as figuras humanas são representadas? Nos cartazes comemorativos do Dia Internacional das Mulheres, por exemplo, a diversidade étnico-racial de mulheres está representada nas paredes desse espaço? Ou as paredes falam sobre uma mulher “universal”, com um só tom de pele, corpo e um só tipo de cabelo? E quando pensamos nas representações e apresentações escolares em festas como o Natal, dia das crianças ou festas juninas? Quem são as crianças que ilustram os trabalhos e estão à frente nas apresentações culturais? Quem são as crianças escolhidas como noivos da quadrilha, sinhazinhas, anjos de presépio, protagonistas de peças, entre outras coisas?

As figuras humanas reproduzidas nas paredes do espaço ensinam para as crianças quem são os seres humanos, sinalizam como são essas pessoas e se existe diversidade entre elas. Por isso, é preciso ter

intencionalidade a toda e qualquer figura colocada na parede, principalmente, fotos e desenhos de pessoas, para que as paredes em seu silêncio de imagem ensinem para crianças que somos diversos.

Os objetos e brinquedos que estão à disposição também têm sua importância no que se refere à representatividade. Nesse sentido direcionamos a atenção aos objetos musicais e aos bonecos. Caxixis, agogôs, tambores, maracas, paus-de-chuva são instrumentos musicais de origem afro-brasileira e indígena que podem e devem compor esse espaço para que as crianças possam experimentar movimentos, texturas e sons das culturas que têm tido pouca representatividade na Educação Infantil.

Os bonecos são um capítulo à parte na composição de um espaço com representatividade na escola para crianças pequenas. Bonecos e bonecas personificam a figura humana e convidam a criança a estabelecer uma relação de cuidado essencial para a vida de qualquer pessoa. Quando disponibilizamos um só tipo de boneca(o), com uma só cor de pele ou uma só textura ou cor de cabelo, as crianças estão aprendendo que o cuidado, o carinho deve ser direcionado a um só biotipo de pessoa. Isso influencia, inclusive, a autoestima das crianças, caso elas não consigam se ver naquela(e) boneca(o) que recebe amor e cuidado.

No entanto, é importante ter algumas atenções neste sentido:

- Não basta disponibilizar bonecas(os) diversas(os), é preciso que o adulto de referência mostre apreço por elas(es);
- As(os) bonecas(os) negras(os) e indígenas devem estar representadas nas suas diversidades;
- Observe o acabamento e a estética das(os) bonecas(os). São bonitas(os)? São bem feitas(os)? Dá vontade de pegar?

A representatividade no espaço da Educação Infantil é extremamente importante, pois ela nos ensina sobre quem somos e as diversas culturas que nos compõe. Assim, o silêncio das imagens nas paredes, os sons dos instrumentos musicais e o encantamento dos bonecos vão ensinando as crianças que representatividade é amor, respeito e valorização à diversidade humana.



Para Conversar

Tente lembrar: com quantas bonecas negras e indígenas você teve contato na sua infância?

No ambiente escolar no qual você trabalha, existe a mesma quantidade de bonecas negras, indígenas e brancas disponíveis para as crianças brincarem?

Quando só oferecemos bonecas brancas para as crianças, que mensagem estamos passando?



Para Continuar Aprendendo

- Artigo “Entenda por que a representatividade negra é importante ainda na infância”. Disponível em: [Family Center](#).
- Cartilha “Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial”, disponível em: [Instituto Avisa Lá](#).
- Artigo “Mesmo com debates sobre representatividade, bonecas negras somam apenas 7% de produtos online”. Disponível em: [Portal Geldés](#).

Bebês negros, meninas negras e meninos negros nas escolas das infâncias

Quando nos tornamos professoras, principalmente, da Educação Infantil, voltamos o nosso olhar para o planejamento de propostas pedagógicas e materiais a serem utilizados. Entretanto, não podemos





20) Artigo “Adultocentrismo e conflito social no cotidiano das crianças. Descolonizando a educação” de Ana Lúcia Goulart de Faria e Flávio Santiago. *In: III International Conference Strikes and Social Conflicts: combined historical approaches to conflict*. Proceedings. CEFID-UAB, 2016.

21) Artigo “Elementos para uma análise do machismo” de Mary Pimentel Drumont. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1980. Disponível em <file:///C:/Users/priscilap/Downloads/1f+-+elementos+para+uma+an%C3%A1lise+do+machismo.pdf>

22) Artigo “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia” de Kabengele Munanga. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>

nos esquecer quem é o foco do nosso fazer pedagógico: as crianças! É para os meninos e as meninas que direcionamos o educar e o cuidar com intencionalidade pedagógica. Nesse sentido, é preciso olhar para as especificidades de cada criança, pois cada uma carrega uma singularidade, vem de um lugar, faz parte de uma família, tem um gênero e um pertencimento étnico-racial.

Considerando que vivemos em uma sociedade marcada por forças que causam desigualdades, é preciso reconhecer que a escola, a comunidade escolar e as crianças não estão livres de serem atingidas. Aqui vamos ressaltar três destas forças, que impactam diretamente nas práticas cotidianas em sala de aula: o adultocentrismo, o machismo e o racismo.

O adultocentrismo coloca a pessoa adulta como o centro das relações e atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultas no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância²⁰. Com isso, muitas professoras tendem a reduzir a infância como apenas uma preparação para a vida adulta, não valorizando assim as especificidades, descobertas, vivências particulares e saberes das crianças em suas diferentes faixas etárias e etapas de desenvolvimento.

Já o machismo se reflete como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher²¹. A ideia de que o homem está na centralidade das relações e detém o poder é historicamente reforçada através de práticas subjetivas no cotidiano escolar como, por exemplo, as brincadeiras que reforçam **estereótipos de gênero**.

Estereótipo de gênero é uma opinião ou um preconceito sobre atributos ou características que homens e mulheres deveriam possuir, ou das funções sociais que ambos deveriam desempenhar. Ele é prejudicial à medida que limita a capacidade de homens e mulheres de desenvolverem suas aptidões pessoais, carreiras profissionais e tomarem decisões sobre suas vidas.

Por fim, o racismo considera que as características intelectuais e morais de um dado grupo estão relacionadas diretamente às suas características físicas ou biológicas²². Para isso, usa como estratégia estereótipos que são formas cristalizadas de considerar uma pessoa a partir de suas características físicas.

Na Educação Infantil, essas três forças se encontram e se materializam nas relações sociais, na escolha de materiais e nas práticas pedagógicas. Infelizmente,

todas as crianças são atingidas por elas, umas mais e outras menos. No entanto, diante das especificidades da conjunção adultocentrismo, machismo e racismo, as meninas negras são colocadas em um lugar de desvantagem. A negação de carinho, valorização estética e cuidados com o cabelo, o silenciamento diante de situações discriminatórias em que meninas negras recebem xingamentos ou são isoladas do grupo são alguns exemplos de como estas forças atuam na prática escolar. Isso tem consequências terríveis na sua autoestima e, para as crianças, fica evidente essa sensação de superioridade.

Por sua vez, com os meninos recaem estereótipos atrelados à desobediência, agressividade e descontrole. Um relatório com dados coletados no Reino Unido²³ mostra que crianças negras são “superpolicadas” no ambiente escolar e tendem a receber punições mais severas, porque são adultizadas e vistas como menos inocentes. O documento relata, ainda, que estudantes negros são tratados com menos cuidado e proteção porque são considerados como mais maduros.

Para reverter esse quadro, algumas práticas podem ser incorporadas:

- Reconhecer a existência do adultocentrismo, do machismo e do racismo em sala de aula;

- Observar como essas forças operam na Educação Infantil e quais são os efeitos para as meninas e meninos negros;

- Valorizar essa criança nos seus aspectos físicos e subjetivos;

- Construir, com todas as crianças, práticas pedagógicas de valorização que vão contra o machismo, o racismo e o adultocentrismo.

A prática do carinho e de cuidado para com as crianças é fundamental, é um pilar pedagógico, assim como o brincar, que precisa direcionar as ações no cotidiano. Então, tenha na rotina o momento do cafuné ou o momento de cuidado com os cabelos das crianças. No momento do cafuné, acaricie os cabelos das meninas negras e dos meninos negros com carinho e diga para eles o quanto seus cabelos são bonitos. Quando for cuidar dos cabelos, procure se informar sobre penteados e formas de cuidar dos cabelos crespos e, no contato com os fios, sempre lembre de dizer o quanto são lindos e macios.

Outra prática importante é o não silenciamento diante de situações racistas. Acolha e escute a criança que foi vítima de racismo e se posicione de forma objetiva e direta diante da turma e da criança que teve atitude racista.

23) “‘Crianças negras recebem punições mais severas nas escolas porque são vistas como menos inocentes’, mostra relatório britânico”, disponível em <https://revistacrescer.globo.com/Educacao-Comportamento/noticia/2022/05/criancas-negras-recebem-punicoes-mais-severas-nas-escolas-porque-sao-vistas-como-menos-inocentes-mostra-relatorio-britanico.html>





A literatura infantil é uma ótima aliada para a construção de atividades que valorizem as meninas negras em sala de aula. Existem diversos livros que trazem meninas e meninos negros como protagonistas, com a valorização dos seus cabelos crespos e da identidade negra.

Outra estratégia eficaz é a construção de propostas pedagógicas baseadas em projetos onde as crianças vão conhecer figuras femininas e masculinas negras importantes para o Brasil e para história mundial. Uma dessas figuras, por exemplo, é a cientista Dr^a Jaqueline Goes de Jesus, que durante a pandemia descobriu o DNA do Coronavírus em 48 horas. Com a turma de crianças é possível pesquisar sobre a cientista, construir um mural, pesquisar sobre a profissão, entre outros elementos. Um trabalho como esse desloca a imagem cristalizada de que os cientistas são somente homens brancos, além de colocar a mulher negra em uma posição de destaque. Outro exemplo, dentre vários que aqui poderiam ser citados, é o do geógrafo Milton Santos, um grande pensador brasileiro, que dentre outros aspectos agrega ao pensamento geográfico, o pensamento social.

O reconhecimento das diferenças é importante, necessário e saudável. Existem pessoas negras e existem pessoas brancas, isso é um fato! A negação dessas existências contribui para as violências a que

crianças negras são e serão submetidas ao longo da infância e da vida. Por este motivo, é urgente perceber como professoras notam essas diferenças no cotidiano e se elas ocupam o campo da discriminação ou do empoderamento.

Essa decisão é diária! Ela se ampara no acolhimento ou não acolhimento dado à criança negra quando esta chora, no carinho feito ou não à criança negra quando ela precisa ser afagada, na intervenção ou não à situação de racismo que uma criança negra pode sofrer no espaço escolar.

O menino negro e a menina negra têm e carregam consigo as mesmas necessidades físicas, afetivas, cognitivas e subjetivas que as crianças brancas. E não há uma escolha de que criança acolher, mas o dever de acolher a todas as crianças.

Para conversar

Que estereótipos cercam meninos e meninas negras no Brasil? Como são representados na TV e na mídia? Como estas representações podem reverberar no tratamento em sala de aula?

Como trabalhar o empoderamento de meninos e meninas negras em práticas cotidianas?



Para continuar aprendendo

- Artigo “Elementos para uma análise do machismo” de Mary Pimentel Drumont. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 1980. Disponível em: [Repositório UNESP](#).
- Artigo “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia” de Kabengele Munanga. Disponível em: [Portal Geledés](#).
- Tese “O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado”: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil”, de Flavio Santiago. Disponível em: [Repistório UNICAMP](#).
- Sugestões de livros para trabalhar o empoderamento de meninos e meninas negras na Educação Infantil: “Betina” de Nilma de Lino Gomes (2009), “O mundo no black power de Tayó” de Kiussam de Oliveira (2013) e “O cabelo de Cora” de Ana Zarco Câmara (2015), “O Pequeno Príncipe Preto” de Rodrigo França (2020), “Quinzinho” de Luciano Ramos (2021) e “Amor de Cabelo” de Mathew A. Cherry.
- Podcasts “Deixa que eu Conto Afro-Brasileiro”, do UNICEF. Disponível em: [Deixa que eu conto](#).

E as crianças brancas? Que lugar elas ocupam na prevenção às situações de racismo?

A família é a primeira rede de proteção que alcançamos desde o nascimento. Segundo definição da ONU em 1994, “família é gente com quem se conta”, sendo importante considerar arranjos familiares para além daqueles formados por casais heteroafetivos. Por este motivo, a família possui papel central no que comente ao fortalecimento da identidade das crianças negras e para a educação antirracista das crianças brancas.

É preciso envolver os atores familiares e comunitários dentro do contexto escolar, a fim de proporcionar um ciclo de enfrentamento ao racismo que também possua argumentação e continuidade em outros espaços, como o lar.

Parte do processo de envolver os atores está relacionada com a sensação de pertencimento, quando as propostas são construídas coletivamente todos os envolvidos tendem a partir do mesmo ponto de reflexão sobre a realidade. Com o racismo não seria diferente: não é por acaso que existe um famoso provérbio africano que afirma que “é preciso de uma aldeia inteira para se educar uma criança”.





O enfrentamento ao racismo é um movimento ativo e participativo, que envolve tanto as pessoas brancas quanto as negras, como já tratado em capítulos anteriores. As consequências da não atenção a essa demanda de alunos negros tende a causar um índice alto de evasão escolar, baixos rendimentos e outros desafios que fragilizam a permanência na escola, além do impacto na autoestima, negação da identidade, entre outros.

Muitas vezes a dinâmica de sensibilizar famílias para o tema pode esbarrar na necessidade de fortalecer a identidade dos próprios adultos sobre suas percepções a respeito dos processos raciais. Podemos encontrar adultos brancos que reproduzem o racismo e adultos negros que podem sofrer e interiorizar essa lógica. Por este motivo, os espaços de diálogo e troca são fundamentais para alinhar as expectativas dos familiares quanto a conceitos básicos, sobre o cuidado com crianças negras e a necessidade da educação de crianças brancas para o antirracismo, a partir da educação entre os pares, no qual ambos podem trocar suas experiências e compartilhar estratégias de posituação da identidade.

Existem diversas formas de incentivar a integração da família no ambiente escolar, muitas delas encontram desafios relacionados ao próprio histórico das concepções familiares, vínculos empregatícios e as jornadas triplas de trabalho.

Este é o caso da maioria das mulheres, que são as principais mantenedoras econômicas e emocionais de suas famílias, compondo, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o percentual de 45% de chefias dos lares no Brasil em 2018²⁴.

Considerar essa diversidade de núcleos familiares e suas limitações de acesso à dinâmica escolar é também considerar a necessidade de se pensar diversas formas de abordagem, para aqueles que já têm contato com o tema e aqueles que ainda não foram sensibilizados, partindo sempre da percepção do racismo como uma questão de saúde mental e física. Na prática, inclui a abertura de espaços de troca e diálogo, bem como, de discussão teórica, voltados à saúde, e que podem ser compartilhados com redes de proteção e promoção, como é o caso do serviço disponibilizado pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Do ponto de vista social, segundo Vigotski²⁵ é durante os primeiros anos de vida que as crianças interiorizam valores e padrões que vão vir a direcionar sua participação ativa e futura na sociedade. A atuação em conjunto da escola, comunidade e família exige elementos diversos que possibilitem a identificação positiva para crianças negras e a promoção de uma educação antirracista para crianças brancas. Faz-se necessário um processo

24) Artigo “Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres”, disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas-economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml>

15) VIGOTSKI, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. _____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

de sensibilização, estabelecimento de confiança e sensação de pertencimento. São etapas que podem ser utilizadas tanto com famílias brancas quanto com famílias negras e, principalmente, aquelas que possuem a característica da inter-racialidade.

Já pelo ponto de vista pedagógico, é urgente cumprir com a efetivação das leis educacionais que tratam da promoção da diversidade e enfrentamento ao racismo, como é o caso da Lei 10.639²⁶, pensando na temática do racismo para além do escravismo. Além de garantir representatividade entre os alunos em sala de aula, é preciso também pensar em um quadro de professoras e gestores que sejam referências para as crianças e ocupem posições que estejam relacionadas aos empregos de liderança e prestígio no ambiente escolar.

Como visto em capítulos anteriores, o racismo institucional se apresenta em todas as etapas da vida, causando efeitos psicossociais no desenvolvimento de pessoas negras desde a infância. Para a autora Bell Hooks²⁷, para enfrentar essa realidade é preciso discutir formas de aprendizado engajadas e comprometidas com a subjetividade dos alunos, suas experiências, realidades e perspectivas. Tal posicionamento também coloca as professoras em um movimento de ensino-aprendizagem cons-

ciente, no qual a troca de saberes intergeracionais e a ludicidade podem ser fatores de muita transgressão com práticas racistas.

Construir caminhos para entender a Unidade de Educação Infantil como cosmo da comunidade de enfrentamento ao racismo também exige a noção do ideal de autonomia, onde o papel da família e das professoras é justamente nutrir as possibilidades de respostas ao racismo, no formato de rede atenta, acolhedora, sensível e protetiva. Consiste em um trabalho conjunto para o fortalecimento das crianças em situações discriminatórias, considerando que muitas famílias não possuem acesso a esse debate e, por vezes, os próprios adultos se encontram com o sofrimento do racismo, tanto aqueles que vivenciaram durante a vida, quanto aqueles que veem acontecer com suas crianças.

Entendemos também que o consumo de outras ferramentas antirracistas é imprescindível para essa conscientização, como as mídias, entretenimento e outros acessos, como as redes sociais. Estas ferramentas podem subsidiar a busca de informação para as professoras, gestores e familiares e também trazer perspectivas e referências positivas para o consumo cotidiano das crianças, sejam elas brancas ou negras.

26) Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

27) “Ensinando a Pensamento Crítico: sabedoria prática”, de Bell Hooks. São Paulo, Elefante





Para conversar

Como podemos envolver os familiares no processo de enfrentamento ao racismo no ambiente educacional?

Que “boas práticas” você conhece de abordagens antirracistas no trabalho com famílias?



Para continuar aprendendo

- Livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, de Bell Hooks. Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- Caderno “Superando o racismo na escola”, organizado por Kabengele Munanda. Disponível em: [Portal MEC](#).
- Livro “Raça e educação: uma articulação incipiente” de Regina Pahim Pinto. Disponível em: [Portal Periódicos e Séries FCC](#).
- Livro “Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas” de Julio Groppa. Aquino (org.). São Paulo, Summus Editorial, 1998.
- Artigo “As possíveis implicações do brincar no desenvolvimento infantil”, Revista Diálogos & Saberes, v. 12, 2018.

O antirracismo na prática

O antirracismo consiste não apenas no reconhecimento do racismo, mas a ação nas práticas de enfrentá-lo, de modo ativo, pressupondo princípios éticos e alinhamento com a prática cotidiana. Vivemos um período recente de reconhecimento do racismo, entretanto, ainda são frágeis as ferramentas que embasam as ações antirracistas que cabem no ambiente escolar.

O que sabemos sobre o antirracismo na prática é que este exige movimentos incansáveis, sendo uma responsabilidade compartilhada com todos os atores da sociedade, como também no ambiente escolar. É fundamental observar que todos temos papéis para enfrentar as violências raciais e estes se diferem quando dizem respeito aos espaços de poder, identidades e como se constroem as estratégias. O que queremos dizer com isso é que cada um de nós possui responsabilidade na prática antirracista, mas ela se difere dependendo da posição social que se carrega. Por isso, pessoas brancas e negras têm espaços diferentes nesta construção, ao ponto que nesta dinâmica um perpetra a violência e o outro a vivencia na pele.

Que tal construirmos alguns passos para ser antirracista na prática? Para pensar em estratégias, podemos usar como base a metodologia do Arco de Maguerez,

que se constitui em cinco etapas: observação da realidade e definição do problema, pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e aplicação à realidade.



Fonte: Inspirado no quadro “Projeto Integrador: Arco de Maguerez e o protagonismo estudantil”. Disponível em <https://silabe.com.br/blog/projeto-integrador-arco-de-maguerez-e-o-protagonismo-estudantil/>

► **Passo 1 - Observar a realidade e reconhecer os problemas**

É fundamental entender quais são as problemáticas que o racismo oferece nas relações e, para isto, o olhar atento é o nosso maior aliado, visto que, quando identificados os problemas, estes podem ser aprofundados em outras lógicas mais protetivas. Um exemplo para ilustrar esta observação da reali-

dade é o estigma de que meninas negras são menos inocentes que meninas brancas ou mais sexualizadas. A problemática implicada neste contexto é de que meninas negras têm sua humanização atravessada pela violência racial e isso pode determinar o tratamento e atenção que recebem a partir das suas demandas emocionais. Você percebe se meninas negras são tratadas de forma diferente em relação às meninas brancas na unidade de ensino que você faz parte? E o que difere a história dessas meninas?

► **Passo 2: Identificar os pontos-chave**

Nesta etapa o foco está nas condições do ambiente escolar, no cenário político e social e de que forma estes têm estabelecido os limites e possibilidades da atuação dos gestores e professoras. Basicamente é a etapa de reconhecer quais são as prioridades e temáticas que podem ser tratadas no espaço escolar, considerando as relações de poder que acabam perpassando a atuação das professoras, gestores e podem tanto limitar quanto potencializar a prática antirracista na escola. Aqui é muito comum se deparar com barreiras institucionais e/ou políticas que devem ser consideradas como fatores de risco e proteção para o projeto antirracista, analisá-las e construir possibilidades conjuntas para manter o objetivo comum de trabalhar o racismo em sala de aula e/ou espaços de





convivência. Quantos de nós já escutou que meninos negros são mais agressivos, por exemplo? Por outro lado, de que forma eles são comumente tratados na escola e em outros ambientes institucionais? Você percebe situações cotidianas de violência contra os meninos negros? E a forma que a escola trata essas práticas de repressão ou reprodução da violência?

► Passo 3: Teoria

Neste momento é imprescindível um comportamento mais ativo, que leva as professoras e gestores a se debruçar teoricamente sobre as questões do racismo na escola, este embasamento teórico é capaz de enfrentar barreiras da formação profissional e mantê-los atualizados a respeito do campo de produção científica sobre o racismo. Além disso, são argumentos teóricos que subsidiam a articulação e mobilização desta pauta nas instâncias de governo, colegiado e, por vezes, até na própria equipe de trabalho. Neste sentido, a educadora ou educador pode construir ou fortalecer espaços que disponham de leitura relacionadas à cultura afro-brasileira e africana, por exemplo, dispor de uma Afroteca no espaço escolar, que contenham livros temáticos para a formação contínua dos profissionais e das crianças.

Passo 4: Discussão das hipóteses

Esta etapa exige uma construção coletiva de possibilidades e ações que contemplem o debate dentro da agenda pedagógica, pois esta temática deve ser considerada como uma prática difundida no plano anual. Por isso, faz-se necessário envolver os atores do ambiente das unidades de Educação Infantil na elaboração de processos institucionais, na sala de aula e espaços de convivência extracurriculares. A elaboração será definida a partir do acúmulo das etapas anteriores, somando a identificação dos problemas, pontos-chave e etapa de teorização, que fortalece o embasamento teórico.

► Passo 5: Aplicar ao cotidiano da unidade de Educação Infantil

Partimos agora para a prática das estratégias e atividades pensadas coletivamente, tendo como foco o envolvimento e integração dos estudantes no processo. Todas as etapas exigem sensibilização, responsabilidade e comportamentos ativos e participativos, mas esta, especificamente, demanda atenção na aplicação das atividades. Alguns exemplos são: tabuleiros de diversidade, oficinas antirracistas para bebês e crianças negras, brancas e outras etnias, trabalhar com lápis e giz de cera que contemplem vários tons de pele, jogos lúdicos que tratem de

diversidade e racismo (como o “Jogo do Privilégio Branco”)²⁸, entre outras atividades educativas.

Combater o racismo é uma luta que se constrói diariamente, e sua prática envolve diversas forças que, no ambiente escolar, podem proteger e promover a saúde e a equidade. Quando pensamos as especificidades da educação infantil torna-se fundamental considerar metodologias lúdicas que tratem da temática com uma linguagem adequada, pois apesar do lúdico acompanhar todas as fases da vida, tem se demonstrado a linguagem mais adequada para tratar do fortalecimento da identidade de bebês, crianças e adolescentes negros.

A ludicidade também é ferramenta importante para práticas antirracistas com crianças brancas, uma vez que eles também precisam receber estímulos de compreensão da diversidade étnica desde a primeira infância. Vale considerar que os passos acima são cíclicos e tendem a necessitar de ajustes ao longo do processo, pois as demandas a serem trabalhadas também advêm do cotidiano e problemáticas vividas no ambiente das unidades de Educação Infantil.



28) Metodologia desenvolvida pelo Instituto Identidades do Brasil (ID_BR) que, através de um jogo de perguntas simples é possível perceber que a desigualdade racial é uma desvantagem em todos os aspectos da vida dos negros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MuoE3IJZoZU>

Sobre o UNICEF:

Desde 1950, o UNICEF vem apoiando as mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no Brasil. Nas últimas décadas, o Brasil promoveu um forte processo de inclusão de crianças e adolescentes nas políticas públicas. Entretanto, uma significativa parcela da população continua excluída. Por isso, o UNICEF concentra seus esforços nas meninas e meninos mais excluídos, vulneráveis e vítimas de formas extremas de violência.

Sobre o Instituto Promundo:

O Promundo é uma organização brasileira, sem vínculos institucionais com outras organizações estrangeiras, e trabalha para promover a igualdade de gênero e prevenir violência envolvendo homens e meninos em parceria com mulheres e meninas. Para isso, desenvolvemos no Brasil e em vários países programas, campanhas e esforços de advocacy em temas como paternidade e cuidado, justiça econômica, prevenção à violência, conflito e segurança, jovens e equidade.

